



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DA CAPITAL - RJ.

PROCESSO: 0213192-13.2020.8.19.0001

Autor: CLAUDEMIR FERREIRA DE SOUZA

Réu: BANCO ITAUCARD S A

EVANDRO VALE THIERS, nomeado perito para atuar no feito em epígrafe, vem pela presente, com a devida vênua, submeter à apreciação de V. Exa. o **LAUDO PERICIAL** em anexo.

Outrossim, requer a este M. M. Juízo que seja noticiado ao SEJUD – Serviço de Perícias Judiciais do TJRJ, com vistas à concessão de **AJUDA DE CUSTO** em favor deste peticionário, nos moldes de r. Decisão exarada às fls. 179.

Nestes Termos, respeitosamente, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2021.

Evandro Vale Thiers

Perito Judicial

Contador & Economista

Corecon/RJ 24471

CRC RJ 126196/O-6



LAUDO PERICIAL

Apresentação:

- I. *Síntese do Litígio.*
- II. *Conclusões da Perícia.*
- III. *Esclarecimentos aos Quesitos Formulados.*
- IV. *Anexos.*
- V. *Principais Documentos Consultados.*

I. *Síntese do Litígio.*

CLAUDEMIR FERREIRA DE SOUZA ingressa com ação revisional em face de BANCO ITAUCARD S. A.. Aduz o Autor, em apertada síntese, que celebrou contrato de financiamento para aquisição de veículo, no valor total de R\$ 105.256,20, a ser liquidada em 60 prestações mensais de R\$ 1.754,27, sendo o crédito disponibilizado ao Autor no valor de R\$ 63.153,72. Afirma existência de juros abusivos, além do Banco Central, elevando sua prestação de forma excessiva, com anatocismo e cumulações ilegais, sendo adimplidas 19 parcelas. Pondera que o valor correto de sua prestação seria de R\$ 1.358,16, totalizando ao final o montante de R\$ 81.489,60.

Inicial instruída com documentos de fls. 10/24.

CONTESTAÇÃO às fls. 37/107, defendendo o banco Réu, em breve resumo, às fls. 37: Necessidade de extinção do feito por não observância dos requisitos do Art. 330; §§ 2º e 3º do CPC; impugnação à Assistência Judiciária Gratuita.; a cobrança dos juros remuneratórios observa os requisitos estabelecidos pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.061.530-RS; a capitalização é legítima e está prevista em contrato, conforme disposições do REsp Repetitivo nº 973.827-RS; não cabimento de repetição de indébito: os valores são devidos e não houve má-fé do banco na cobrança; da improcedência liminar do pedido: obediência compulsória aos precedentes - contrato(s) está(ão) adequado(s) aos critérios já pacificados pelos Tribunais; litigância de má-fé: litigância



contra matéria decidida em repetitivo e súmulas; impossibilidade de condenação em honorários: sentença ilíquida (art. 85, §2º CPC/15).

Réplica às fls. 126/136.

Decisão exarada às fls. 142, com deferimento de produção de prova pericial, e nomeação de profissional para atuar no feito.

II. Conclusões da Perícia.

Adotando metodologia baseada em investigação, exame/análise, ponderação, mensuração e apontamento de valores, sem olvidar dos esclarecimentos prestados aos quesitos formulados pelas partes, foi possível a este Auxiliar a obtenção das seguintes conclusões, com extremo respeito, submetidas à apreciação de V. Exa..

1. A taxa de juros aplicada pelo banco Réu – 2,20% ao mês, é compatível com a taxa média de juros divulgada pelo BACEN, sendo adotada pela Perícia, para esta ponderação, a Tabela BACEN 25471 - Taxa média mensal de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Aquisição de veículos - % a. m., sendo divulgado pela autoridade monetária o percentual de 1,68% ao mês na data do pacto, ocorrido em agosto/2018.

A percepção deste Perito é norteadada pelo fato do índice divulgado pelo BACEN representar uma taxa média obtida dentre as instituições financeiras acompanhadas pelo mesmo.

Nesta vertente de análise, a taxa praticada pelo banco Réu – 2,20% ao mês, sob a ótica da Perícia, respeitosamente submetida à apreciação de V. Exa., não se distancia significativamente do núcleo da faixa média, situado em 1,68%, estando superior em 30,95% ao índice médio divulgado.



2. O cálculo da prestação mensal contratada foi desenvolvido com a incidência de **juros compostos capitalizados (anatocismo)**, cabendo reportar que a **capitalização mensal/diária de juros (30 dias) foi prevista em contrato**, notadamente na clausula “M” do contrato entabulado entre as partes, às fls. 53.

(*)

~~ter lido previamente, concordado e recebido cópia.~~ **M - Promessa de Pagamento** - O Cliente, por esta Cédula de Crédito Bancário, promete pagar ao Credor, ou à sua ordem, nos respectivos vencimentos (item F), na Praça de São Paulo-SP, em moeda corrente, a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível (item G), correspondente ao valor total financiado (item F.6), acrescido de juros remuneratórios (item F.4), capitalizados diariamente, observadas as Condições Específicas e Gerais desta Cédula. ~~N~~

3. O valor da parcela mensal – R\$ 1.754,27 **foi corretamente calculado pelo Réu**, apurado **mediante parâmetros constantes do contrato às fls. 55**, a seguir apontados, com a adoção de coeficientes de séries não periódicas, conforme detalhado pela Perícia no ANEXO I – demonstrativo elaborado com esta finalidade, sendo este procedimento matemático amplamente adotado pelas instituições financeiras.

Valor do Bem	65.900,00	Parcelas	60
Acessórios financiados	2600,00	Valor da Prestação	1.754,27
Seguro	792,00	Venc.to. 1a. Prestação	17/09/2018
Registro	62,22	Taxa Mensal	2,2000%
(-) Entrada paga pelo Autor	-14.080,00	Data da Operação:	17/08/2018
Tarifa de Avaliação	550,00		
IOF total	1.863,00		
VALOR TOTAL	57.687,22		

4. Como informação contextual, unicamente com vistas a reportar à V. Exa., com a devida permissão, a posição do débito em aberto (saldo da operação em favor do banco Réu) na data base no ajuizamento da presente ação – **20/10/2020**, foi possível à Perícia apurar o montante de **16.150,0492 UFIRs**, as quais correspondem na presente data – 13/08/2021, ao total atualizado de **R\$ 59.840,78 (cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais, setenta e oito centavos)**, tendo por referência os termos pactuados às fls. 53/55.



No entender deste Auxiliar, respeitosamente submetido à este M. M. Juízo, e à luz do contrato firmado entre as partes, no que tange à liquidação antecipada do contrato, foram desenvolvidos cálculos pertinentes à data de ingresso e distribuição da ação em curso, ocorrida em **20/10/2020**, com a apuração do montante em aberto nessa data, este relacionado às 08 parcelas **vencidas até 20/10/2020, e as demais prestações vincendas daí em diante**, cujo valor total identificado foi **atualizado até a conclusão** dos presentes trabalhos periciais – **13/08/2021**.

Cálculos desenvolvidos neste tópico detalhadamente demonstrados nos ANEXO II elaborado pela Perícia, apuradas conforme termos pactuados – onde aplicável, e em estrita observância aos termos da Resolução BACEN 4.320 de 27/03/2014.

5. Esclarecimentos Adicionais da Perícia - Critérios de Cálculo da Prestação Inicial pelo Réu.

A análise dos critérios de cálculo da parcela pactuada – R\$ 1.754,27, permite concluir que o método utilizado remete à apuração e aplicação de coeficiente de **séries não periódicas**, o que remunera as instituições financeiras por **todos os dias existentes na operação contratada** – desde sua assinatura (via de regra, o vencimento da primeira parcela ocorre após 30 dias, sobre os quais incidem juros remuneratórios), até o vencimento da última prestação.

Para o cálculo do coeficiente inerente a cada vencimento das obrigações, visando o equilíbrio financeiro do valor presente da operação ao longo do prazo contratado, foi adotada pela instituição parte Ré, a seguinte fórmula **básica**:

$$\left(\frac{1}{(1 + i)^n} \right)$$

Onde ***i*** representa a taxa de juros aplicada, a ser **composta** pelos dias decorridos na forma citada, pelo fator **exponencial *n***.



*Desta forma, a formulação matemática adotada aponta a incidência de juros compostos capitalizados de forma mensal, inclusos no cálculo da parcela avançada no **momento de sua contratação** – e não depois, critério amplamente adotado pelas instituições financeiras, adequadamente demonstrado pela Perícia no ANEXO I ao presente Laudo.*

Nada mais havendo a reportar até o momento, este Auxiliar, com extremo respeito, submete à apreciação de V. Exa. suas considerações assim relatadas.



III. Esclarecimentos aos Quesitos Formulados.

III.A) QUESITOS AUTOR (fls. 157/158):

1) durante o período do contrato, qual a taxa mensal e anual, cobrada pela instituição bancária?

Resposta da Perícia: Conforme exame do contrato entabulado entre as partes às fls. 53/55, a taxa mensal pactuada corresponde a 2,20%, com sua equivalente em 29,86% ao ano.

2) Caso a taxa contratual cobrada pelo banco esteja divergente com os cálculos da contadoria, é possível afirmar o descumprimento contratual?

Resposta da Perícia: Conforme demonstrado no ANEXO I elaborado por este Auxiliar com esta finalidade, bem como considerações contidas no item II – CONCLUSÕES DA PERÍCIA, a parcela mensal contratada foi corretamente calculada conforme parâmetros contratuais, não sendo constatadas inobservâncias nesse sentido.

2) a Ré cobrou comissão de permanência em caso de atraso? Consta esta cláusula no contrato? e, caso positivo, informa a mesma a taxa a ser cobrada? Qual o montante cobrado em todo o período da operação, indicando-se inclusive o percentual do período? Se positivo, fora cobrado de forma capitalizada?

Resposta da Perícia: Não consta em contrato a cobrança de comissão de permanência.

Estão previstos, em casos de atraso ou inadimplemento, a cobrança de juros remuneratórios, juros moratórios (1% ao mês) e multa de 2%, itens constantes da cláusula “N”, Deveres, item VI às fls. 53 do contrato firmado.



3) cumulada com a comissão de permanência, se cobrada, houvera a cobrança de multa contratual? Há cláusula nesse sentido no contrato? Poderia identificá-la e transcrevê-la?

Resposta da Perícia: Sim, existe previsão contratual para cobrança de multa de 2% em casos de atraso ou inadimplemento, sendo a questão voltada para comissão de permanência abordada no esclarecimento prestado ao quesito anterior.

4) além da comissão de permanência, se cobrada, foram exigidos outros encargos moratórios? Situa-los, inclusive precisando montante e taxas.

Resposta da Perícia: A cláusula citada no quesito 2 formulado nesta série, aponta a composição dos encargos moratórios cuja cobrança é prevista no contrato de fls. 53/55.

Com relação a montantes cobrados, vide demonstrativo de fls. 257/261 destes autos.

5) os juros remuneratórios cobrados na operação foram cobrados de forma capitalizada e mensal? Caso positivo, qual o montante? Existe cláusula contratual possibilitando a cobrança deste encargo? Caso afirmativa a resposta, identifique-a.

Resposta da Perícia: SIM, positiva é a resposta, sendo aplicada a capitalização mensal dos juros compostos no momento do cálculo inicial da prestação a ser paga, sendo esta capitalização prevista em contrato, conforme cláusula a seguir retratada, extraída do instrumento firmado entre as partes às fls. 53/55.

~~ter lido previamente, concordado e recebido cópia. M - Promessa~~
de Pagamento - O Cliente, por esta Cédula de Crédito Bancário, promete pagar ao Credor, ou à sua ordem, nos respectivos vencimentos (item F), na Praça de São Paulo-SP, em moeda corrente, a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível (item G), correspondente ao valor total financiado (item F.6), acrescido de juros remuneratórios (item F.4), capitalizados diariamente, observadas as Condições Específicas e Gerais desta Cédula. ~~N~~



6) qual a taxa nominal e a taxa efetiva? Estas taxas contratuais estavam de conformidade com a taxa média de juros aplicada no mercado financeiro, em situações contratuais análogas e para o mesmo período (situar em consonância com o que estiver evidenciado pelo BACEN)?

Resposta da Perícia: A taxa nominal corresponde a 2,20% ao mês, sendo o CET correspondente a 2,45%, conforme apontado no contrato firmado, notadamente fls. 55.

Com relação ao segundo aspecto, a taxa de juros de 2,20% ao mês é compatível com a faixa média de juros divulgada pelo BACEN, conforme apurado pela Perícia e ponderado no item II – CONCLUSÕES DA PERÍCIA.

7) qual seria o valor do débito com o emprego da taxa contratual avençada, utilizando-a de forma linear? E capitalizada? Abatendo-se do que o Autor já pagou, o que restaria a pagar?

Resposta da Perícia: Nesse sentido, no entender deste Auxiliar, este aspecto já foi esclarecido em quesitos anteriores, cabendo destacar que a capitalização dos juros encontra-se prevista em contrato, cuja taxa de juros aplicada encontra-se compatível com as médias de mercado apontadas pelo BACEN.

Sendo este um aspecto controverso a ser esclarecido, vide considerações deste Auxiliar contidas no item II – CONCLUSÕES DA PERÍCIA, parte integrante deste Laudo Pericial.

No entender da Perícia, os cálculos requeridos no presente quesito são pertinentes à fase de Liquidação de Sentença, caso procedente o pleito autoral – e não antes.

Há de se considerar que a matéria ainda se encontra sob apreciação deste M. M. Juízo na presente etapa processual, cabendo reportar, como informação adicional, que os juros aplicados contratualmente encontram-se compatíveis com as médias de mercado divulgadas pelo BACEN, que as parcelas mensais avençadas foram calculadas conforme termos pactuados, bem como a capitalização mensal dos juros foi prevista em contrato às fls. 53/55.



8) dentro da taxa de juros remuneratórios encontra-se embutida correção monetária? Em caso positivo, em algum momento da operação fora cobrada cumulativamente com a comissão de permanência?

Resposta da Perícia: Esta informação não consta do contrato de fls. 53/55, sendo pactuada entre os Litigantes uma taxa fechada, no patamar de 2,20% ao mês.

09) qual o montante cobrado a título de juros moratórios? Que percentual representou em face de todo o débito?

Resposta da Perícia: Dentro dos elementos disponíveis nos autos, no formato oferecido pelo banco Réu, vide demonstrativo de fls. 257/261.

10) os juros moratórios, se cobrados, foram cobrados de forma capitalizada?

Resposta da Perícia: Nos elementos sobre os quais foi possível este tipo de análise, não foi constatada a cobrança capitalizada composta de juros moratórios.

No entanto, para melhor esclarecimento, vide quadro demonstrativo apontado no quesito a seguir.

11) quanto o Autor eventualmente pagou de principal, de juros e de encargos moratórios, isso demonstrado de forma separada?

Resposta da Perícia: Vide quadro demonstrativo a seguir.

Parcelas pagas cfme. demonstrativo fls. 257/261

parc. Nr.	vencimento	valor	dt pagamento	DIAS DECORRIDOS	multa 2%	Juros rem 2,20% a. m.	Juros mora 1% a. m.	total encargos COBRADOS	VALOR PAGO
1	20/09/2018	1.754,27	21/09/2018	1	35,09	1,29	0,58	36,96	1.791,23
2	20/10/2018	1.754,27						0,00	1.754,27
3	20/11/2018	1.754,27						0,00	1.754,27
4	20/12/2018	1.754,27						0,00	1.754,27



5	20/01/2019	1.754,27			0,00	1.754,27
6	20/02/2019	1.754,27			0,00	1.754,27
7	20/03/2019	1.754,27			0,00	1.754,27
8	20/04/2019	1.754,27			0,00	1.754,27
9	20/05/2019	1.754,27			0,00	1.754,27
10	20/06/2019	1.754,27			0,00	1.754,27
11	20/07/2019	1.754,27	06/09/2019	48	0,00	1.754,27
12	20/08/2019	1.754,27	06/09/2019	17	0,00	1.754,27
13	20/09/2019	1.754,27	22/10/2019	32	0,00	1.754,27
14	20/10/2019	1.754,27	12/12/2019	53	0,73	1.755,00
15	20/11/2019	1.754,27	22/01/2020	63	0,00	1.754,27
16	20/12/2019	1.754,27	19/03/2020	90	83,58	1.837,85
17	20/01/2020	1.754,27	19/03/2020	59	65,54	1.819,81
18	20/02/2020	1.754,27	30/03/2020	39	0,00	1.754,27

12) Em face do disposto no CPC (art. 429), poderia acostar aos autos os extratos referentes a toda a operação e, em caso negativo, justificar a impossibilidade?

Resposta da Perícia: Nesse sentido, vide demonstrativo de fls. 190/338.

III.B) QUESITOS RÉU:

Transcorrido o prazo concedido por este M. M. Juízo às fls. 142/143, deixou a parte Ré de formular quesitos, conforme atesta ATO ORDINATÓRIO de fls. 160.

IV. Anexos.

ANEXO I – CÁLCULO DA PRESTAÇÃO CONTRATADA (planilha demonstrativa dos critérios adotados pelo banco Réu para o cálculo da prestação mensal pactuada).



ANEXO II – ATUALIZAÇÃO DO SALDO DO DÉBITO (demonstrativo da apuração do débito em aberto na data de ingresso da ação em curso – 20/10/2020, cujo montante atualizado até a conclusão dos trabalhos periciais – 13/08/2021).

V. Principais Documentos Consultados.

1. Contrato entabulado entre os Litigantes, nr. 65845105 de 17/08/2018 – fls. 53/55;
2. Resumo “Ficha de cobrança” – fls. 107;
3. Demonstrativo da operação pactuada – fls. 190/338.

Sem mais nada a acrescentar, este Auxiliar pede permissão, e encerra o presente LAUDO PERICIAL, composto por 12 (doze) laudas, 02 (dois) ANEXOs, submetendo seu conteúdo, com extremo respeito, à apreciação de V. Exa., e permanecendo à disposição deste M. M. Juízo para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nestes Termos, respeitosamente, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2021.

Evandro Vale Thiers

Perito Judicial
Contador & Economista
Corecon/RJ 24471
CRC RJ 126196/O-6